

A (RE)INVENÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA: DIOGO DE VASCONCELLOS E OS CÂNONES DA HISTÓRIA DE MINAS GERAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICAⁱ

Rodrigo Machado da Silvaⁱⁱ

Resumo: Este artigo traz uma explanação acerca do projeto historiográfico de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos frente às mudanças intelectuais e políticas do início do século XX, na tentativa de se estabelecer os cânones da escrita da história em Minas Gerais naquele período. Tomamos como parâmetro os movimentos que constituíram a formação da historiografia mineira pontuando os elementos formativos das fases que compõem os ciclos intelectuais no estado, dividindo-os de acordo com os períodos políticos da Colônia, do Império, e da República brasileira. Pretende-se, portanto, realizar um breve balanço sobre as formas de se escrever história na região desde seu processo de fundação até o primeiro quartel do vinte, onde se identifica a criação efetiva da prática em Minas.

Palavras-Chaves: Diogo de Vasconcellos; Cultura historiográfica; História regional e local.

Abstract: This paper provides an explanation about Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos' historiographical project concurring with the intellectual and political changes of the early twentieth century, in an attempt to establish the canons of historical writing in Minas Gerais in the period. We establish a relation with movements that constituted the formation of that historiography pointing out the formative elements of the phases that form the intellectual cycles in the state, dividing them according to political periods of the Colony, the Empire and the Republic of Brazil. Therefore, we intend to conduct a brief discussion about the ways of writing history in the mining region from its founding days to the first quarter of the twentieth century, when the actual creation of this practice (historiography) in Minas Gerais can be identified.

Keywords: Diogo de Vasconcellos; Historiographical culture; Regional and local history.

O escritor mineiro Vivaldi Moreira ao falar, na década de 1970, sobre a obra de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos afirmava que qualquer porção de território, independente de seu tamanho, possui as totais condições de produzir história, pois os fatos que o constituem “brotam” em um local com idêntica pujança espalhando sua atuação em áreas adjacentes até que envolva ampla região e assuma o caráter geral. A história de Minas Gerais já era fabricada a partir do momento em que os bandeirantes se fixaram em vários lugares daquela terra aurífera (MOREIRA, 1974). A característica regionalista e fragmentária mineira apenas começa a tomar um caráter “generalizador” no século XX, quando inúmeras mudanças políticas e culturais permitiram que o estado constituísse uma identidade histórica comum.

Embora não se possa afirmar categoricamente, a construção de uma identidade mais sólida do “povo mineiro” se dá segundo Lúcia Lippi de Oliveira, via modernismo e na legitimação do Estado Novo no Brasil. *A Voz de Minas*, de Alceu Amoroso Lima é uma das expressões máximas do regionalismo da época, que tentava construir através das características psicológicas o típico mineiro, que era formado por seu conservadorismo, pela hospitalidade, pela manutenção do espírito da família e de todo o folclore que se constrói sobre isso (OLIVEIRA, 1990: 196). Além de significar um elemento capaz de unificar simbolicamente os elementos culturais do estado, a ideia de “mineiridade”, por exemplo, também era utilizada como uma das principais peças formadoras da identidade nacional.

A cultura política brasileira revelou-se capaz de integrar os componentes do ufanismo, principalmente aqueles derivados do espaço geográfico, fazendo-os presentes nas formulações do “homem cordial”, do “luso-tropicalismo” e da “mineiridade”, construções simbólicas que marcaram a identidade nacional (OLIVEIRA, 1990: 198).

Entre as inúmeras variações, é possível identificar três grandes fases que marcaram a construção da historiografia mineira. A primeira é aquela que acompanha a formação das primeiras povoações da capitania, e que é possível identificar com os *relatos* e *descrições* das descobertas, consideradas como formas primitivas de se fazer história, comuns ao século XVIII. A segunda está muito ligada às formas *corográficas* e *memorialísticas* de se fazer história, que abarcavam principalmente histórias locais, comuns ao século XIX. A terceira e última fase é a que pode ser identificada como o

nascimento efetivo da historiografia de Minas, aquela preocupada em recuperar um passado comum para todo o estado de forma homogeneizada.

Oiliam José, em 1959, escreveu aquele que talvez seja o mais significativo livro ainda hoje publicado a respeito da escrita da história em Minas. Segundo o autor, as épocas históricas não terminam de um momento para o outro, não porque os fatos que as produzem acabam, mas as conseqüências impostas por eles tanto no tempo quanto no espaço ainda permanecem ativas e latentes, gerando posteriormente novos acontecimentos. Na perspectiva do autor, as idades históricas se interpenetram quase sempre, com seus elementos fundamentais e acidentais, e a continuidade histórica, para ele, resiste aos fatores mais violentos e adversosⁱⁱⁱ (JOSÉ, 1959: 21).

O autor também propôs uma periodização para a história de Minas muito semelhante à aqui exposta. Para Oiliam José são quatro as fases da historiografia mineira: a primeira consiste no *período dos primeiros historiadores*, que o autor afirma começar no século XVI, momento em que Minas Gerais sequer existia, e perdura até 1808; a segunda consiste no *período dos viajantes-historiadores*, que se estende de 1808 a 1870; a terceira fase é a do *período dos historiadores clássicos*, de 1870 a 1910; e por fim a quarta fase é a do período dos *historiadores contemporâneos*, que se segue de 1910 até o momento em que ele escrevia (JOSÉ, 1959: 22).

O que se pretende neste texto é executar uma breve explanação acerca da produção “historiográfica” em Minas do século XVII, momento inaugural da capitania, até a escrita da história de Diogo de Vasconcellos, tido como o primeiro historiador de ofício do estado. O que almejamos é, de forma generalizada, entender as principais características que as três fases apresentadas detêm e as contribuições que elas trouxeram para a constituição da memória histórica mineira. Não será levada em consideração a fase pós Diogo de Vasconcellos, pois esse é um momento em que a produção historiográfica no país começa a sofrer intensas modificações devido à criação dos espaços acadêmicos das Universidades e cursos de história pelo país, e o recorte não condiz com nossa proposta de investigação. A historiografia mineira já estaria “fundada” e com os seus signos postos, iniciando um momento particular na escrita da história no estado.

Na perspectiva de Álvaro de Araújo Antunes e Marco Antonio Silveira, entre 1850 e 1940, o engendramento que ocorreu entre as narrativas historiográficas e o

desenvolvimento de arquivos, museus e institutos de pesquisa foi um fenômeno de tal proximidade e articulação, que forçou o questionamento atual sobre de que maneira e em que medida a escrita da história e as estratégias de seleção e arquivamento de fontes modificaram-se reciprocamente (ANTUNES; SILVEIRA, 2007: 2). Como veremos mais adiante, a criação do Arquivo Público Mineiro (APM) esteve associado, portanto, a uma revitalização da história particular, local e regional, que intencionava resgatar o peso e o papel de Minas no novo regime que se instaurava (ANTUNES; SILVEIRA, 2007: 2).

Como aponta os autores, a fundação do APM, em 1895, acentuava três tendências basilares de organização e hierarquização de temáticas e fontes disponíveis, que correspondiam à utilização do recurso da corografia como forma de se reconstituir a história local, indispensável para a concretização da abordagem regional; à cronologia útil como estratégia de conformação dos documentos e de narrativa historiográfica; e por fim à utilização de determinados fundos como correspondência e diplomas oficiais no centro da reflexão historiográfica.

A história de Minas publicada por Diogo de Vasconcelos entre 1901 e 1918 aponta, nesse sentido, para o vigor dessas tendências. Ainda que Vasconcelos tenha se proposto a realizar um trabalho de caráter geral, indo além do enfoque das características locais, a ampla utilização dos códices da Seção Colonial e das Câmaras Municipais foi decisivo na orientação historiográfica de sua obra. Do mesmo modo, o arranjo cronológico dos referidos códices contribuíram sensivelmente para a valorização do período de formação das Minas (ANTUNES; SILVEIRA, 2007: 2).

Junia Ferreira Furtado propõe em texto no qual desenvolve um balanço atual da produção historiográfica de Minas, que até as últimas décadas do século XX a historiografia mineira ainda dedicava-se, majoritariamente, aos fatos políticos e econômicos da capitania no período colonial. São raros os trabalhos que se preocupam com os aspectos culturais, dos costumes e da vida social da capitania (FURTADO, 2009: 117). A pesquisadora aponta que o panorama da historiografia mineira começa apresentar sinais de mudança nos fins da década de 1970, com trabalhos que se dedicavam mais às questões das relações sociais e culturais das minas setecentistas. O que se pode perceber é que, ainda hoje, o século XVIII é o tema principal a ser abordado no estado, deixando assuntos relacionados ao Império e a República com um

número reduzido de trabalhos. Outro tema que parece ter pouco espaço é a história intelectual mineira, sobretudo quando se fala sobre a escrita da história.

Os trabalhos de história da historiografia mineira ainda são muito limitados. José Honório Rodrigues foi talvez um dos precursores da prática no país. No entanto, mesmo que seus esforços, na segunda metade do século XX, tenham contribuído para o mapeamento da escrita dessa história, ele era insuficiente para o estudo do tema. De acordo com o autor, o advento da descoberta das Minas Gerais, acontecimento que revolucionou as formas sociais e econômicas da vida brasileira, fortalecendo, segundo Rodrigues, a consciência nacional, inspirou uma historiografia nova e original. A repercussão da nova vida econômica na renovação da historiografia não foi imediata e repentina. Tais acontecimentos locais, assim como o próprio bandeirantismo só aparecem em algumas relações e descrições, formas primitivas de criação historiográfica (RODRIGUES, 1979: 162). Dessa forma, mesmo que de uma maneira rudimentar, a “historiografia” mineira surgiria juntamente com o movimento de descoberta de suas terras.

Como bem aponta o autor, os relatos e descrições são formas primitivas de se fazer história. Talvez o seu valor documental seja hoje maior do que o caráter historiográfico, sem desconsiderar, em absoluto, a qualidade do último. Há durante a história do Brasil, e de Minas Gerais em concomitância, inúmeras formas de se relatar os acontecimentos históricos. A historiografia como conhecemos hoje, isto é, com a sua pretensa atividade científica, é tardia nas terras alterosas, podendo ser remetida apenas com a Proclamação da República.

Para Rodrigues, a historiografia mineira começa com o texto publicado na revista do Arquivo Público Mineiro em 1899, intitulado, *Os primeiros descobridores das Minas de Ouro na capitania de Minas Gerais*. Este artigo aparece na sua primeira forma como uma notícia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por Manuel Pires da Silva Pontes. Rodrigues afirmava que essa é uma edição que não merece confiança por se tratar de um resumo. De acordo com o autor, Afonso Taunay acreditava que Silva Pontes além de apenas resumir as memórias, ainda calcou-se sobre fragmentos completando-os de forma arbitrária com passagens do *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa. Segundo Orville Derby, o autor dessas memórias era o próprio Cláudio Manuel, pois o estilo de escrita atribuída ao

Coronel Bento Fernandes acusava antes um literato do que um sertanejo (RODRIGUES, 1979: 162-163).

Na descrição de Rodrigues, os relatos sertanistas também são de grande valia para a formação da historiografia mineira. Os primeiros relatos de viajantes que passaram pelas Minas foram organizados por Afonso Taunay. Os padres Diogo Soares e Domingos Capassi, os primeiros a aportarem nas terras que viria a ser Minas, foram enviados para a América Portuguesa a mando da Metrópole com o intuito de se fazerem mapas de novos descobrimentos. De acordo com o autor, os padres eram muito hábeis e as primeiras observações de latitude e longitude do sertão também se devem a eles. Ao padre Diogo Soares, Rodrigues também atribui a primeira iniciativa de história oral no Brasil. Com perguntas e respostas, a partir de dados fornecidos por participantes e testemunhas de suas andanças pela Colônia, o padre pôde escrever sobre seus descobrimentos por aqui (RODRIGUES, 1979: 165).

Seguindo o seu levantamento acerca dos primeiros relatos e descrições, José Honório Rodrigues lista alguns documentos que fazem parte da *Informação sobre as Minas do Brasil* composta por quatro códices da Biblioteca da Ajuda^{iv}, cujas cópias foram ordenadas por Luis Camilo de Oliveira Neto e publicadas por Rodolfo Garcia, nos Anais da Biblioteca Nacional. Essa é a última análise que o autor faz em seu texto acerca das primeiras obras descritivas sobre as Minas. Curiosamente, ele deixa de fora uma das mais importantes obras acerca dos primeiros descobrimentos das Minas, a *Cultura e Opulência do Brasil*, do padre André João Antonil, publicada em 1711.

De acordo com Fernando Filgueiras, pouco se fala do padre Antonil, mas muitos estudiosos atribuem à sua obra uma descrição das condições econômicas e sociais do período colonial brasileiro, compreendendo o final do século XVII e início do século XVIII. Embora essa obra apresente e centralize tais questões, estas, segundo o autor, são abordadas a partir de um pano de fundo filosófico, informando o *logos* operacional da sistemática construída discursivamente por Antonil (FILGUEIRAS, 2005: 1).

Filgueiras aponta que o livro é despretensioso, e que procura mostrar, com requintes realistas, as riquezas e os frutos do Brasil, assim como as vantagens da economia da colônia para a Coroa portuguesa. Mesmo com sua suposta importância, a obra foi recolhida por Ordem Régia de 20 de março de 1711, devido ao fato de Dom João V manter-se contra a publicação das riquezas do Brasil, sobretudo as minerais,

objeto muito detalhado nas descrições de Antonil. Em 1800 houve uma reedição da obra organizada pelo frei José Mariano Velloso, que se refere apenas aos engenhos de açúcar. Em 1837, a obra é mais uma vez reeditada na íntegra, e em 1923, com uma introdução de Afonso Taunay (FILGUEIRAS, 2005: 2-3).

Cultura e Oportunidade, para Oiliam José, não foi escrito propositalmente para estudar os primeiros tempos de Minas, nem sequer havia motivos para que isso ocorresse, pois aquela ainda era uma região com pouco ou quase nenhum desenvolvimento, e longe do mar. As riquezas que havia ali ainda eram ignoradas (JOSÉ, 1959: 32). Como aponta o autor, Antonil abordou temas mineiros ao narrar aquilo que sabia e/ou o que ele havia visto sobre as minas que pareciam ser abundantes. No terceiro capítulo do livro de Antonil é que se encontram os relatos acerca das riquezas minerais e daquilo que era possível saber na época sobre Minas Gerais (JOSÉ, 1959: 33).

A descoberta de metais e pedras preciosas na região das Minas Gerais proporcionou a construção de uma sociedade diversificada e complexa. Sérgio Alcides diz que os primeiros arraiais surgiram de forma espontânea, junto dos veios auríferos, e que muitas vezes não eram recomendados para o estabelecimento de uma formação urbana (ALCIDES, 2003: 121). Com a imposição de uma estrutura estatal pelo capitão-general Antônio de Albuquerque, elevando os principais arraiais à condição de vila e estabelecendo órgãos administrativos responsáveis pela distribuição da ordem colonizadora no sertão, desenvolveu-se nessas vilas minerais uma diversidade social pouco comum no resto da América Portuguesa (ALCIDES, 2003: 122).

A partir dos estudos de Laura de Mello e Souza, Alcides pontua que naquele momento havia uma divisão em quatro faixas sociais distintas que formavam o quadro urbano de Minas. A faixa superior era a formada por grandes senhores de lavras e de fazendas, chefes militares e funcionários da administração colonial. O Bispo de Mariana e os demais dirigentes eclesiásticos, assim como os grandes comerciantes completavam essa camada. Em seguida havia uma faixa média, bastante heterogênea formada por mineradores e comerciantes de menor porte, tropeiros, lavradores, militares de baixa patente, artífices, artesãos, músicos e clérigos. Na terceira faixa estavam os homens livres, mulatos e negros alforriados. Na base dessa estrutura social estavam os escravos (ALCIDES, 2003: 123).

Sérgio Alcides propôs que, geralmente, os letrados pertenciam à camada superior, vindos de Portugal nomeados por provisão real, assumindo cargos elevados na administração local, ou sendo filhos de mineradores e fazendeiros abastados o suficiente para bancar os custos de uma formação universitária na Europa. No entanto, diz o autor, embora a situação social dos letrados fosse bem definida, no aspecto da cultura, a condição desses homens parecia ser extremamente ambígua (ALCÍDES, 2003: 123-124).

Eles eram os vetores que possibilitavam a transferência para a colônia da tradição da cultura letrada européia, com seus valores e parâmetros de sociabilidade e distinção. Juntamente com os conhecimentos que encontravam uma aplicação quase que técnica ou meramente administrativa na ordem colonizadora, os letrados adquiriam no Velho Mundo um conjunto de aspirações intelectuais e espirituais absolutamente imprevisíveis por essa empresa e, no limite, incompatíveis com ela (ALCÍDES, 2003:124).

O setecentos foi o século do Arcadismo e do despertar brasileiro para a literatura, principalmente pelos mineiros, que serviram como referência para homens como Diogo de Vasconcellos, no século XX, no intuito de atribuir às Minas um papel vanguardista na inserção do Brasil na civilização (VASCONCELLOS, 1909:219). Almeida Garrett disponibilizou um lugar de destaque para autores brasileiros em seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*. Entre os mais notáveis cito Cláudio Manuel da Costa, Frei José de Santa Rita Durão, Tomás Antonio Gonzaga e José Basílio da Gama.

Claudio Manuel da Costa era considerado por Garrett o primeiro poeta do Brasil e um dos melhores de Portugal. Faz grande elogio a Tomás Antonio Gonzaga e sua *Marília de Dirceu*. O literato português dizia que não o censurava pelo o que fez, mas pelo o que deixou de fazer. O criticava por não pintar o Brasil em suas penas. *Marília de Dirceu* ficaria muito mais rica se fosse cantada nos campos brasileiros ao invés da Arcádia, que não se assemelha a nossa natureza. Frei Santa Rita Durão e o seu *Caramuru* devolveram ao estilo épico o seu lugar. No entanto, não é uma obra com grandes feitos heróicos, mas com um refinado poder descritivo, mas que Garrett aponta ser gongórico^v muitas vezes. E Basílio da Gama, por sua vez, com o *Uruguay* construiu uma poesia verdadeiramente nacional. Soube pintar a paisagem brasileira com bons olhos (ALMEIDA GARRETT, 1826:44-47).

José Honório Rodrigues, em seu texto sobre a historiografia mineira colonial, põe em evidência três autores que considera os mais importantes daquela fase. O primeiro é o próprio poeta arcádico Cláudio Manuel da Costa, sempre resgatado como um pensador que trouxe contribuições importantes para a escrita da história em Minas Gerais. Sua vida, segundo Rodrigues, está associada à história de Minas, tanto pelo seu trabalho como poeta, quanto por ser um inconfidente, tendo sua prisão, suicídio ou assassinato possível de ser estudado nos próprios Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (RODRIGUES, 1979: 178).

Segundo Rodrigues, o melhor texto da *Memoria Historica e Geographica da Descoberta de Minas* é aquele publicado no periódico *O Patriota*, e o título texto depois mudado para *Fundamento Histórico*, na edição do poema *Vila Rica*. Existem algumas variantes entre um e outro texto, observadas primeiramente por Teixeira de Melo, mas Honório Rodrigues não comenta sobre elas. Seguindo o autor, também não está devidamente apurado se Cláudio Manuel da Costa se valeu das informações contidas nos *Primeiros Descobrimientos das Minas Geraes*, de Bento Fernandes Furtado, ou se ele mesmo teria redigido esta notícia segundo as informações de Bento Fernandes. Para Rodrigues, existe uma nítida relação entre o texto de Bento Fernandes, Cláudio Manuel e a *Memória Histórica* de José Joaquim da Rocha.

Suspeita-se que a relação de Bento Fernandes seja de autoria de Cláudio, seu amigo, e pode-se notar os plágios de José Joaquim da Rocha da 'Memória' de Cláudio Manuel, embora seja justo lembrar que o texto do primeiro é mais fundado e mais longo (RODRIGUES, 1979: 178).

A *Memória* de Cláudio Manuel é a mais bem feita, a mais sintética, e a mais fluente. Ela se mostra uma obra concisa, que revela como os paulistas, conhecidos como homens que não se sujeitavam a nada e nem a ninguém, mas eram aqueles que davam as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo Rei e pela Pátria (RODRIGUES, 1979: 178). Essa obra conta as primeiras investidas a Minas em busca mais de ouro do que de índios. Depois disso, o autor aborda uma a uma a vila do Carmo, hoje Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Serro Frio, Vilas do Rio das Mortes, vilas de São João e São José. Ainda Cláudio Manuel trata da série de governadores, da anexação da conquista com São Paulo e São Vicente ao Rio de Janeiro, até o governo do Conde de Valadares.

A descrever a obra destes governos, os principais fatos, figuras e feitos estão sucintamente anotados. A “Memória” é uma construção histórica, rara pelo seu tratamento sintético, valiosa pela temática de tanta influência no destino de Minas e do Brasil, e fluente e limpa pelo seu tratamento (RODRIGUES, 1979: 179).

O segundo autor apontado por José Honório é José Rodrigues da Rocha. Segundo o historiador da história, pouco se sabe sobre Rodrigues da Rocha. Foi sargento-mor de ordenança das Minas Novas, vivia de negócios, e serviu de testemunha no processo da Conjuração Mineira. Em um de seus depoimentos, José Joaquim fez menção de ter oferecido ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o mapa da população da capitania, muito provavelmente a de Minas Gerais, incumbido de fazê-lo a mando de Generais da Capitania de Minas (RODRIGUES, 1979: 180).

José Joaquim da Rocha é o autor do *Mapa da Capitania de Minas Gerais* (1777), do *Mapa da Comarca do Rio das Mortes* (1778), do *Mapa da comarca de Vila Rica* (1778), do *Mapa do Julgado das cabeceiras do rio das Velhas e parte da capitania de Minas Gerais* (1796) e do *Mapa da Comarca do Serro Frio*. Com isso, o geógrafo e cartógrafo tinha condições excelentes para compor a *Memória Histórica da Capitania de Minas Geraes*. Obra descritiva, segundo José Honório Rodrigues, que se baseia no *Fundamento Histórico* de Cláudio Manuel, mas que existe na maior parte do livro características bem particulares.

O terceiro autor mencionado por Rodrigues é Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Autor do *Descobrimento de Minas Geraes ou Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, livro que de acordo com Rodrigues, perpetuaram-lhe a memória mais do escritor que o depoimento da testemunha, de um português aliado do colonialismo.

A obra de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foi publicada no volume 29 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título já citado, *Descobrimento das Minas Geraes*. Nessa edição a memória foi publicada sem assinatura, mas a autoria sempre foi atribuída à Vasconcelos, que, de acordo com o introdutor dessa obra na edição da Revista do APM, em 1901, mesmo sendo um português de nascimento era considerado um dos mais ilustres homens de letras em Minas, no início do século XIX (RAPM, 1901: 757).

A edição da Revista do IHGB não traz o título geral da obra, que é *Descobrimento de Minas Geraes ou Breve Descrição Geográfica, Física e Política da*

Capitania de Minas Gerais, que elucida bem mais claramente as matérias tratadas no texto. Segundo a introdução da RAPM, essa não é a única deficiência da edição mencionada. A memória foi publicada com a omissão do capítulo final, que se remete a listagem dos homens notáveis de Minas, do elogio preliminar dirigido ao governador Athayde e Mello, dos artigos correspondentes à descrição da capitania, seus principais rios e sua natureza vegetal e animal, úteis para o conhecimento da fauna e flora mineira (RAPM, 1901: 758).

Diogo de Vasconcelos ainda escreveu outra importante memória, *Minas e quintos de ouro*, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro, em 1892, devido a iniciativa de Capistrano de Abreu, que dispunha do respectivo manuscrito. Assim como a anterior, essa memória foi publicada anonimamente, mas, em carta, Capistrano de Abreu comentou a conveniência de se reproduzir tal obra na Revista do Arquivo, juntamente com a *Descrição de Minas Gerais*, lembrando que a autoria é atribuída ao mesmo escritor, devido à semelhança de estilo dos dois escritos, que em algumas passagens eram quase reproduções integrais (RAPM, 1901: 759).

Fundou-a, com efeito, o dr. Diogo em documentos e dados estatísticos que, ainda agora existentes no Arquivo Público Mineiro, no da extinta tesouraria e nos das câmaras de Ouro Preto, Sabará e Mariana, comprovam a exatidão das suas observações e veracidade da sua narrativa, salvo qualquer controvérsia sobre as ideias políticas e econômicas do autor, adepto confesso do absolutismo e das regalias ilimitadas da coroa (RAPM, 1901:759).

Em 1896, então, a Revista do APM publicou o 12º capítulo, inédito até então, das memórias de Diogo de Vasconcelos, dedicado às pessoas ilustres da capitania (RAPM, 1896:443-452). Este capítulo é uma lista dos nomes mais importantes, no julgamento do autor, que habitaram aquelas terras em seu tempo. Fato curioso que aponta Rodrigues é a omissão do nome de Cláudio Manuel da Costa nessa lista. O bisneto de Vasconcelos, o historiador e principal sujeito deste trabalho, Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, defende seu bisavô dizendo que mesmo se incluísse o nome do poeta, a censura o eliminaria por ter sido Cláudio Manuel declarado infame e também porque teria que aceitar o suicídio, versão oficial de sua morte^{vi} (RODRIGUES, 1979: 183-184). Embora José Honório considere a defesa do bisneto bem argumentada, diz que não se justifica frente à “baixeza” da exclusão de Cláudio Manuel da Costa na citada lista.

A "Breve Descrição Geographica, Physica e Politica" é uma fonte primordial da história de Minas Gerais e das três comentadas a mais completa, embora os estudos da história de Minas não dispensem os ensaios de Cláudio Manuel da Costa e de Joaquim José da Rocha. É uma narrativa completa com a descrição geográfica, os descobrimentos, a descrição política, as cidades e suas dioceses, dados estatísticos e econômicos, a agricultura, as manufaturas e o comércio de cada cidade ou vila, a navegação, as formas militares, a povoação e os costumes, as Minas e os Quintos, as casas de fundição, os diferentes sistemas de arrecadação dos quintos, e a tábua estatística do rendimento do Real Quinto (RODRIGUES, 1979: 184).

Essas são as principais obras apontadas por José Honório Rodrigues em seu livro acerca da história da historiografia colonial brasileira. A respeito das Minas Gerais o autor ainda comenta as *Reflexões sobre a capitania de Minas Gerais*, de Antônio da Costa Rocha Pita. Publicada em 1819 no *Correio Braziliense* que faz uma crítica rigorosa a desconhecida obra, assim como seu autor, de G. H. Langsdorff sobre as Minas. Rodrigues faz uma breve leitura do livro, mas a classifica como uma importante fonte para o estudo das Minas Gerais no período colonial.

De acordo com Marco Lobato Martins, durante o século XIX e boa parte do XX, os estudos de história regional foram produzidos fora de um ambiente acadêmico, que por sua vez não estava bem estruturado no país ainda. Os pioneiros nessa prática desenvolveram seus trabalhos sob a influência do IHGB e de instituições congêneres provinciais/estaduais. Martins propõe que esse é um momento marcado pelo auge das corografias, conservando uma estreita ligação com os padrões observados na produção de cronistas coloniais (MARTINS, s/d: 1).

As corografias, segundo Martins, são uma amálgama de história, tradição e memória coletiva que tomavam como seu fundamento decisivo o espaço, não o tempo. Esse espaço era bem recortado, considerado singular frente ao quadro natural presente nesse tipo de estudo e dos episódios históricos desdobrados nele. Há nesse tipo de produção uma grande ênfase na demarcação de espaços dentro da vastidão do território nacional, estudado sem relação com esse todo maior da Nação. O autor propõe que o relacionamento do "nacional" com o "regional" e o "local" é reduzido à descrição dos impactos de grandes acontecimentos da história do país nesses espaços.

Por isto, as corografias eram geralmente recheadas de uma história apoteótica, laudatória, antes de tudo um exercício de exaltação dos feitos das elites regionais e locais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso

objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias (MARTINS, s/d: 3).

Marcos Lobato diz que além da afirmação de regionalismos consagradores das elites locais, as corografias ainda possuíam duas outras peculiaridades: certo repúdio às inovações e a ignorância das diferenças entre o passado e presente. O passado dessas regiões era sempre tratado como glorioso e de grande pujança. O presente era uma mera projeção ou realização daquele passado, mesmo que em determinadas áreas pudesse ser notado certa decadência que reduzia o brilho econômico, social e político de outrora (MARTINS, s/d: 3). A história regional não era considerada como processual, mas algo dado *a priori*.

Conforme propõem Bruno Franco Medeiros e Valdeci Lopes de Araujo, a corografia no Brasil ofereceu uma possibilidade de enfrentar a dispersão real e simbólica do território nacional. A corografia, segundo os autores, associava-se naquele momento ao memorialismo para a produção de um conhecimento orientado pela metáfora do mosaico, trabalhada por István Jancsó e João Paulo Pimenta, em que a experiência do passado se apresentava com um conjunto de várias histórias, assim como os espaços também poderiam ser descritos a partir de unidades autônomas, sem que as lacunas existentes nesse processo oferecessem um obstáculo intransponível para o relato (MEDEIROS; ARAUJO, 2007: 24).

Martins aponta que no período que consiste entre 1830 e 1930, no que tange a escrita da história regional, as corografias dividiam espaço com as memórias históricas. As “memórias” combinavam de formas diferentes o exame de aspectos da tradição e dos costumes, e por vezes de texto autobiográfico. Martins diz que o século XIX mineiro produziu ao menos duas grandes memórias históricas.

A primeira obra indicada por Martins a intitulada *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, de Joaquim Felício dos Santos, publicada em 1868, originalmente escrita para os leitores do jornal *O Jequitinhonha*, com as modestas intenções de levar a conhecimento do povo de Diamantina sua história e auxiliar os mineradores na identificação de áreas outrora exploradas. O texto se propagou para além das fronteiras do antigo Tijuco. Martins diz que a obra traz a percepção da demarcação diamantina como uma porção atípica do mundo colonial, sendo, dessa forma, uma espécie de “estado dentro do estado”. As *Memórias* narram os principais

episódios e processos da história de Diamantina, redigida, segundo o autor, nos cânones da época. Linear e factual, o livro enfatizava os acontecimentos políticos e as alterações da legislação relativa à mineração (MARTINS, s/d: 5).

Oiliam José afirmava que Joaquim Felício dos Santos não possuía uma riqueza erudita, mas as *Memórias do Distrito Diamantino* era uma grande obra histórica pelo modo simples com que o autor evoca e narra os episódios, e os envolve, segundo José, em agradáveis legendas literárias. Joaquim Felício pormenorizava os problemas humanos que existiam no Tijuco setecentista, tais como as diferenças psicológicas entre o minerador e o agricultor, mesmo havendo naqueles homens uma base comum de ideias e sentimentos.

Para isso, muito pesquisou, selecionou e concluiu, esforçando-se sinceramente para ser imparcial. Perpassam essas páginas as chispas de vigoroso e legítimo nacionalismo, a narrar os crimes cometidos pela Metrópole na ânsia de satisfazer sua insaciável fome de ouro e pedrarias (JOSÉ, 1959: 69).

A segunda memória indicada por Marco Martins refere-se à cidade de Campanha, no sul do estado, escrita por Francisco de Paula Ferreira de Rezende entre 1887-1888. Intitulada *Minhas Recordações*, essa obra é autobiográfica, feita apenas das memórias do autor e um pouco às pressas, de acordo com o próprio Ferreira Rezende. Ela tinha como objetivo salvar do completo esquecimento os costumes e tradições de seu tempo. A obra descreve e analisa sobre ângulos diversos a vida do Sul de Minas, entre 1830 e 1890.

Independência, moderação, equilíbrio seriam atributos mineiros por excelência, pensava Ferreira Rezende. A autobiografia do fazendeiro e magistrado campanhense afigura-se como uma das formulações pioneiras do “espírito de Minas”, da mineiridade, a ideologia política que garantiu coesão às elites dirigentes mineiras na República e contribuiu para projetar nacionalmente sua influência (MARTINS, s/d: 6).

O advento da República trouxe uma nova forma de se conceber a história em Minas Gerais. Com a proclamação em 1889, as antigas províncias tiveram a oportunidade de ampliarem sua autonomia diante de um poder centralizado. Bruno Franco Medeiros propõe que, mesmo compondo um sistema meta-histórico denominado “nação”, esses estados podiam formular suas histórias recorrendo aos desígnios do

passado sob os auspícios de uma modernidade conservadora, construindo, também, uma identidade própria para atender as suas reivindicações políticas. Dessa forma, no final dos oitocentos em Minas Gerais, os políticos do estado se incumbiram da tarefa de construir tal identidade (MEDEIROS, 2006a: 1).

O Arquivo Público Mineiro (APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) são dois espaços de institucionalização da memória histórica de Minas Gerais que captam, organizam e divulgam as identidades criadas por esses políticos que se empenhavam em escrever a história mineira. Os objetivos do APM são muito semelhantes aos empreendidos por instituições similares ao longo do século XIX, quais sejam construir uma história da nação, recriar um passado, solidificando os mitos de fundação, pondo ordem aos fatos que marcaram a história local, e buscando homogeneidades em personagens até então dispersos, compondo a ideia das delimitações do território (MEDEIROS, 2006a: 2).

O APM, fundado em 1895, tinha um significado que, segundo Medeiros, se constituía muito além de apenas um depósito de documentos sobre o estado de Minas Gerais. Ele era a representação de uma autonomia e identidade histórica da capitania, da província e do estado de Minas, como se a aglomeração de documentos em um depósito único representasse a unidade de seu território, assim como sua unidade e síntese histórica (MEDEIROS, 2006b: 5). Nas palavras de José Pedro Xavier da Veiga, o primeiro diretor do APM:

Por tudo isso, o Arquivo Público Mineiro, agora fundado, é instituição que consagra sentimentos e ideia popular. Modesto nas suas proporções aparentes, modesto pelo local e meios de instalação, nem assim deixa de ser importante e precioso sob vários aspectos. Bastará dizer-se que no acervo, ainda não ordenado, dos documentos que contêm, estão não só, em original e impressos, atos constitucionais, legislativos e governativos concernentes ao Estado e às antigas Província e Capitania, mas também outros títulos históricos de nossa existência já duas vezes secular, honríssimos padrões que, si recordam gemidos de opressores e soluços de mártires, relembram também, e em maior copia, ações heróicas, cometimentos de patriotismo intemerato, sublimes vãos do pensamento iluminado e inolvidáveis revoltas da dignidade humana (RAPM, 1896: III).

Já no século XX, o IHGMG, à sombra do APM, assume um papel semelhante à primeira instituição. A agremiação mineira possuía como seu grande modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os idealizadores do instituto mineiro mesmo adotando uma postura regionalista e pretensamente particular, procuravam manter laços

estreitos com a agremiação carioca, assim como seus congêneres de outras unidades da federação. Um de seus claros objetivos, com certo atraso, era segundo Cláudia Callari, legitimar, pela via do passado, o papel desempenhado pelo estado presente (CALLARI, 2001: 79). Embora se intencionasse as definições dos parâmetros para a escrita da história mineira, o que se pode perceber é que o IHGMG não passou, em um primeiro momento, de uma tentativa de criação de uma historiografia.

A partir desse momento, em que começam a ser inventados os mitos mineiros, é que se inicia o culto a Tiradentes, e segundo Augusto de Lima estava alicerçado em uma base real, verdadeira, trazida à luz pelo novo regime. Ao mesmo tempo em que a cidade de Ouro Preto passa a ser consagrada como uma espécie de terra “santa”, berço dos primeiros republicanos (CALLARI, 2001: 76). A história de Minas Gerais precisava ser escrita e homogeneizada. A construção de Belo Horizonte como a nova capital do estado dava coesão política a Minas Gerais; agora seria necessário dar uma coesão cultural para a efetivação desse projeto. Por mais que os objetivos fossem semelhantes, a busca pelo cânone histórico de Minas seguia diversos caminhos.

Pode-se notar que a historiografia mineira de pelo menos até a metade do século XX era uma historiografia que se preocupava muito em marcar o lugar de Minas Gerais no cenário político nacional. João Camilo de Oliveira Tôrres ao justificar a importância da história mineira deixa isso bem evidente. Minas e/ou os mineiros sempre participaram dos principais eventos que tiveram uma significância política para o Brasil. Da mineração, passando pela Inconfidência Mineira, Independência do Brasil, pela Revolução Liberal de 1842, até pelos grandes nomes como Bernardo de Vasconcellos, Teófilo Ottoni, visconde de Ouro Preto, Afonso Pena e Antônio Carlos. Minas era compreendida como o grande destaque da nação (TÔRRES, 1980: 23-26).

Essa era talvez a justificativa que movimentou a escrita da história mineira no alvorecer da República. No entanto, os caminhos para se chegar a um fim comum, bifurcavam-se, e desconsiderando os adjacentes, que disputavam os cânones da história mineira. De um lado uma história liberal, moderna, que se aliava ao desenvolvimentismo dos primeiros anos do vinte, muito vinculada à imagem de João Pinheiro, tendo Xavier da Veiga como um dos principais intelectuais do estado na época. De outro lado uma história com resquícios de conservadorismo, pautada na estética comum ao dezenove, que embora também fosse aliada a uma ideia de

desenvolvimento, ainda insistia na manutenção de uma ordem política e social do império. Diogo de Vasconcellos foi um eminente representante dessa segunda vertente.

Oíliam José conceitua a fase que se estende de 1870 a 1910 como sendo o período dos *Historiadores Clássicos*. O autor utiliza o termo “clássico” por se tratar do período em que começaram a ser publicadas as obras de maior densidade, dedicadas aos Homens de Minas Gerais (JOSÉ, 1959: 85). É nesse momento também que se começa a vasculhar os arquivos que guardam o documentário do passado do estado, e que foram transpassados para os textos de história. O APM e o IHGMG eram, portanto, as principais agremiações que auxiliavam os historiadores desse tempo a estruturarem suas obras (JOSÉ, 1959: 85). Ao adotarmos essa periodização de Oíliam José devemos ainda ampliá-la um pouco. De 1910 para frente era para José o momento dos historiadores contemporâneos, e incluímos a formulação e solidificação das academias como lugar de fala desses intelectuais. No caso mineiro, a fase “clássica” da historiografia se estende até por volta do início da década de 1930, quando há um novo pensamento intelectual instaurado no estado, herdeiros da recente ascensão do Modernismo, e que marca efetivamente uma diferença na forma de representar o passado, tanto de Minas quanto do Brasil.

De acordo com o autor, a escrita mais segura sobre o passado mineiro só começou a ser elaborada quando os pesquisadores começaram a ter acesso aos documentos múltiplos e minuciosos que ofereciam novos e desconhecidos testemunhos sobre a realidade colonial, descobrindo, portanto, os móveis de muitos acontecimentos que se seguiam posteriores à Guerra dos Emboabas, a Inconfidência Mineira, “sacudindo” a vida nas Minas coloniais (JOSÉ, 1959: 86). Nesse sentido, a história deixava de ter um vínculo direto com o seu autor, como nas memórias que eram desenvolvidas como um gênero autobiográfico, e o estatuto do documento passava a ter um lugar mais amplo no desenvolvimento do conhecimento histórico.

Conheceram-se as fraquezas e virtudes dos Governadores de Minas Gerais; vieram à luz traições e misérias de brasileiros que capitularam em fase do poderio luso; levantou-se o véu que impedia fossem analisadas as minúcias do volumoso processo instaurado contra Tiradentes e os demais inconfidentes; e vislumbrou-se a coragem moral com que alguns mineiros se opuseram ao arbítrio de governadores sem moral (JOSÉ, 1959: 86-87).

Mesmo com a instauração de uma historiografia mais trabalhada, havia uma restrição aos autores da época. Em face à rica variedade de documentação os historiadores mineiros não souberam ou não puderam aproveitar todos os ricos filões que os documentos lhes proporcionavam, sendo que a dificuldade em interpretá-los à luz da Paleografia era um dos principais problemas (JOSÉ, 1959: 87). Os documentos, em alguns autores que Oíliam José analisa, aparecem sem maiores críticas, sem ter sua veracidade verificada, grande problema para Teófilo Feu de Carvalho na década de 1930, por exemplo^{vii}. Os textos eram repletos de erros ou escritos com a evidente intenção de agradar as autoridades (JOSÉ, 1959: 87), sendo que por muitas vezes era essa mesma autoridade a mão por trás da pena na escrita da história de Minas. Como observa Bruno Franco Medeiros, são fundamentalmente os políticos republicanos que tomam para si a tarefa de desenvolver a escrita da história de Minas Gerais. O Arquivo Público Mineiro como um órgão público do estado era diretamente ligado ao projeto contemporâneo de estruturação política mineira.

Assim como proposto por Marisa Ribeiro Silva, foi o APM um dos responsáveis por Xavier da Veiga se manter vivo politicamente, muito através de suas relações com importantes figuras da época, o que lhe possibilitou ser responsável pela constituição da maior parte do acervo do APM. O político estabeleceu uma lista de correspondentes, que através do envio de documentos históricos importantes para Minas contribuía para a formação do acervo. Essa tarefa fora-lhe incumbida pelo então governador do Estado, Crispim Jacques Bias Fortes (SILVA, 2007: 76).

A grande maioria dos correspondentes do APM eram homens ligados à carreira política, e segundo a autora, dos 53 elementos que ela conseguiu levantar algum tipo de dado, 90% desses, eram políticos, ou seja, já haviam exercido algum cargo de vereador ou deputado. Além da política, exerciam também outras profissões liberais, sendo que 4% eram ligados a algum tipo de atividade no campo da História. No entanto, é certo que todos esses homens pertenciam à elite política e intelectual de Minas, nesse momento. A devassa maioria desses políticos era do Partido Republicano Mineiro (PRM), entre republicanos históricos e convertidos. Apenas 24% eram declaradamente republicanos desde os tempos do Império, e a autora supõe que muitos políticos vinculados ao PRM, nesse momento, são provenientes de partidos tradicionais monárquicos, ou Conservadores ou Liberais.

A par da constatação de que a maioria dos políticos mineiros de maior destaque filiou-se ao PRM como mecanismo de sobrevivência política, percebe-se que Xavier da Veiga fez entre eles escolhas não apenas sábias, mas diversificadas. Quando escolheu como representantes do APM personalidades das diversas vertentes políticas do Estado, ele conseguiu estabelecer uma teia de microrrelação e manter-se, por esse meio, inserido no novo contexto político de sua época (SILVA, 2007:76).

Os principais nomes da historiografia mineira do período republicano seguem a mesma linha de Xavier da Veiga. Autores como Nelson Coelho de Senna, João Pandiá Calógeras, Augusto Franco, Antônio Olyntho dos Santos Pires, Dom Silvério Gomes Pimenta, Carlos Ottoni, Cássio H. Lanari, Arthur Vieira de Resende e Silva, entre outros, são autores que estavam engajados na construção da memória histórica de Minas Gerais, mesclando a confecção de biografias e histórias regionais, que juntas constituiriam, dessa forma, a história homogênea e geral das Minas.

A historiografia remete a Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos como o historiador que estabelece os primeiros estudos coesos sobre os tempos pretéritos das terras alterosas. As emblemáticas *História Antiga das Minas Gerais* e *História Média de Minas Gerais* são tidas por muitos como as obras inaugurais da historiografia mineira, sobretudo a primeira. Desde pelo menos a década de 1870, o historiador trabalhava na redação de vários jornais da então capital da província, Ouro Preto, assim como correspondente de outros periódicos de várias cidades mineiras. É principalmente como jornalista que Vasconcellos se destacou nas letras, interessando-se muito pelo resgate das memórias históricas de seu estado natal.

Francisco Iglesias observa que a *História Antiga* e *História Média* são um livro só. O autor propõe isso, pois parece bem claro que Vasconcellos tinha certa pretensão de escrever uma História de Minas Gerais construindo um quadro evolutivo bem mais amplo, ou melhor dizendo, tinha ele uma pretensão de escrever uma “*História Geral*”. A periodização abordada nesses dois livros é organizada por Diogo de Vasconcellos da seguinte forma: *História Antiga* é aquela cuja narrativa se inicia pelos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo. A *História Média* se estendia desse período até 1785, momento em que o autor identifica com sendo uma fase preparatória para a *Inconfidência*, portanto teria um tratamento diferenciado, o que muito provavelmente abriria uma *História Moderna* de Minas Gerais, ficando apenas fica no plano especulativo, uma vez que essa obra jamais foi escrita.

Não prosseguiu o trabalho, de modo que não fez a história moderna e contemporânea, o que se lamenta pela falta de que terá, aí, possibilidade de usar a tradição oral, de que era fundo conhecedor e cuja importância na historiografia proclamou, ou dar depoimento vivo da fase de que foi participante de relevo (Iglesias, 1974: 12-13).

Diogo de Vasconcellos ao mesmo tempo em que é elogiado e revisitado por escrever a então considerada primeira obra profissional da historiografia mineira, também recebe inúmeras críticas, que apontam equívocos e insuficiência na obra dele por autores como João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Teófilo Feu de Carvalho, Afonso Taunay, Charles R. Boxer e José Rodrigues Lapa.

Oiliam José ao dar espaço à análise da obra de Vasconcellos aponta que o autor estendeu seus estudos às zonas que se civilizavam em decorrência do crescimento da agricultura e da pecuária na região. De acordo com ele, não há como escrever sobre temas antigos mineiros sem consultar essas obras consideradas, principalmente hoje, como clássicas (JOSÉ, 1959: 94), mesmo que seus usos sejam ainda restritos. O que era de se estranhar na obra de Vasconcellos, na opinião do autor, era o fato do escritor generalizar quase a todo o clero mineiro da época como possuidores de vícios e erros que cabiam apenas à parte desse clero. Provavelmente a razão do lapso de Vasconcellos se deu por acatar os dados fornecidos pelo Desembargador José João Teixeira Coelho, em obra de 1780, em que diz que os sacerdotes e religiosos eram apresentados como os elementos mais subversivos e imorais da Capitania (JOSÉ, 1959: 94).

De acordo com Adriana Romeiro, o que surpreende no trabalho de Vasconcellos além da qualidade de sua narrativa e erudição, foi ele ter sido o primeiro historiador que “espanou a poeira” dos papéis do APM, e a fazer um trabalho de crítica mais sistematizado da história de Minas. O historiador seguia os cânones de seu tempo. Não costumava citar fontes e arquivos, embora sua obra fosse embasada em uma vasta pesquisa documental. Mesmo Francisco Iglesias que o considerava um historiador rigoroso e cuidadoso, admitia que a narrativa feita por Vasconcellos sobre a Guerra dos Emboabas, por exemplo, beirava a ficção, pelo tom romanesco e exaltado (ROMEIRO, 2009: 110-111). O historiador britânico Charles R. Boxer tece duras críticas à Vasconcellos por tal questão.

Embora freqüentemente citado como trabalho padrão, e reeditado em 1948, este livro não é de toda confiança, visto que o autor era demais influenciado pelo neoromantismo da época em que ele escreveu. De outra parte, o autor

abeberou-se amplamente nos documentos dos arquivos de Minas Gerais. A utilizar com cautela (BOXER, 2000: 394).

Boxer estava correto ao afirmar que Vasconcellos partilhava de elementos discursivos comuns à sua época. No entanto, se mostra equivocado ao se valer de uma categoria vazia de sentido, *neoromantismo*, para classificá-lo como não confiável (MACHADO, 2010: 6). Francisco Iglesias era um defensor do caráter rigoroso e cuidadoso dos trabalhos de Vasconcellos. O comentarista admite que na obra do autor marianense há momentos de visível falta de rigor nas críticas das fontes em um determinado evento ou outro, mas não é em toda a obra que isso ocorre. Há em várias passagens a citação de documentos de arquivos de Ouro Preto, de Mariana ou Belo Horizonte. Traz referências a cartas, memórias, testamentos, bandos, e vez ou outra fazia transcrições. De acordo com Iglesias, Diogo conhecia bem o Arquivo Público Mineiro (APM), assim como transcrevia documentos do Arquivo Nacional (AN), do Rio de Janeiro, e do Arquivo Episcopal de Mariana (AEM) (IGLESIAS, 1974: 15-16).

Quanto a *História Média*, João Ribeiro tece elogios à Diogo de Vasconcellos sobre elementos em que geralmente ele é criticado. Segundo o autor, Vasconcellos possuía um elevado estilo verdadeiro de história. “É eloqüente sem ênfase, simples sem trivialidades, por vezes magnífico sem exagero” (RIBEIRO, 1960: 56). Diogo, para ele, apresentava muita elegância em sua escrita. O livro que ele apresenta é encantador como se fosse um romance devido às peculiaridades do colorido, interesse e sentimento da narrativa (RIBEIRO, 1960: 56-57).

A capitania de Minas Gerais é um dos grandes temas para a investigação histórica da nacionalidade brasileira. Foram os metais achados que definiram o destino dos povos da América, e sem Minas, segundo João Ribeiro, nosso legado seria diferente. Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelas penetrações do oeste brasileiro. De acordo com o autor é lícita a afirmação de que se não fosse a cobiça por ouro e diamante, o Brasil hoje ainda teria como seu limite ocidental aquele do meridiano de Tordesilhas. Diogo de Vasconcellos, dessa forma, traçou vigorosos quadros a respeito dos primeiros tumultos da imigração “emboaba”. Os paulistas são os heróis primitivos que devassavam o interior. Os crimes e as façanhas dos intrépidos desbravadores que lançavam os fundamentos das cidades de hoje são encontrados descritos nas páginas da *História Média* (RIBEIRO, 1960: 57).

Em trabalho recente acerca da Guerra dos Emboabas, Adriana Romeiro faz uma análise da obra de Vasconcellos sobre o tema. Romeiro diz que, mesmo com a sua aparente falta de rigor e da descontinuidade de sua produção, a descrição que o autor mineiro faz da Guerra dos Emboabas é um dos pontos altos de seu livro. Segundo a autora, Vasconcellos se mostra apaixonado pelo tema, dedicando-lhe páginas muito inspiradas. Diogo, na análise de Romeiro, de forma perspicaz, remonta ao processo de formação de Portugal até o estado de isolamento, que resultou força dos poderes locais. Como o Brasil era uma colônia, o poder central estava muito longe, o que propiciava a instauração de um regime de particularismos, gerando um nativismo partilhado tanto por paulistas quanto por emboabas (ROMEIRO, 2009: 110).

Vasconcellos compartilhava das ideias de seu tempo acerca dos paulistas. Considerava-os como “argonautas” de Minas posicionando-se a seu favor. Escrevendo antes de Alcântara Machado, que havia descrito um cenário de pobreza e rusticidade, o autor das Histórias de Minas Gerais descreveu uma vila de São Paulo mítica, herdeira das formulações nobiliárquicas de Pedro Taques (ROMEIRO, 2009: 110). Juntamente com a figura dos portugueses, de acordo com Helena Magela Alberto, os paulistas eram, para Vasconcellos, os responsáveis por preservar os elementos conservadores de Minas Gerais, “pela introdução da honestidade e pela preservação dos bons costumes em meio à desordem dos primeiros anos” (ALBERTO, 2004: 107).

João Ribeiro considerava a *História Média* uma obra sólida, com um grande interesse humano e com um caráter nacionalista sensato e bem entendido. Há uma defesa das raças inferiores, que segundo ele, exalta sem parcialidade. Muitos outros elementos são passíveis de destaque na avaliação de João Ribeiro; “a filosofia dos acontecimentos, a alta cultura jurídica, o amor da liberdade, e enfim, a todas as luzes, a educação do humanista, capaz de entender a história” (RIBEIRO, 1960: 58). O autor ainda diz que não é apenas reunindo materiais e documentos que se faz um pesquisador. Diogo de Vasconcellos era, para ele, um exemplo de historiador que tinha a capacidade de unir pesquisa e narrativa de modo qualitativo e prazeroso.

Teófilo Feu de Carvalho sem sombra de dúvida não partilhava da mesma leitura de João Ribeiro. Pode-se afirmar que Carvalho é até hoje o mais ácido dos críticos de Diogo de Vasconcellos. Em 1933, seis anos após a morte de Vasconcellos, quando dirigia o Arquivo Público Mineiro, Feu de Carvalho publicou um artigo na revista da

instituição em que intencionava “corrigir” alguns erros cometidos a respeito da História de Minas Gerais. Selecionava os problemas, segundo ele, mais difundidos naquela recente historiografia mineira, e apontava as incorreções cometidas por memorialistas, em especial, e em praticamente todo o texto, os de Diogo de Vasconcellos.

O ex-diretor do APM acusava a falta de estudos profundos, ao menos no que tangia a uma rigorosa análise documental, acerca da história do estado. As grandes nações do universo possuíam os seus arquivos, e Minas Gerais não era diferente. No entanto, o autor apontava uma grande disparidade entre aqueles e Minas. Lá uma vez que os Arquivos são conhecidos têm autoridade e prestígio, coisa que não acontecia em no estado. Dessa forma, Carvalho tece profundas críticas aos que escreviam a história não baseada em documentos. Ele duvidava que se pudesse criar certo tipo de sentimento cívico baseado em lendas contadas como verdades históricas, criando uma realidade artificial (CARVALHO, 1933: 5-6).

Eis uma das razões porque insisto, sempre, asseverando que o escrever história sem documentação é fácil, como também não me canso de repetir que não é bastante copiarem-se uns dos outros. Quem não entende da matéria, acha tudo direito, bom e muito racional! Acha tudo documentado, sem que haja documentação alguma (CARVALHO, 1933: 6).

O texto é composto por inúmeros exemplos de erros cometidos com a história mineira. Feu de Carvalho apresenta um fato, transcreve um documento e compara com o “erro” cometido por outro autor. É possível notar, assim como já exposto, que o principal alvo do autor é Diogo de Vasconcellos. O curioso nesse artigo é que em nenhum momento o ex-diretor do APM cita o nome de Vasconcellos. Todas as vezes que ele faz alguma referência ao seu criticado ele apenas se refere como o *autor da História Antiga das Minas Gerais*.

Feu de Carvalho afirmava que as questões históricas não podiam ser resolvidas através de palpites ou por conjecturas que poderiam, de certa maneira, acabar com a veracidade da história. Essas questões deveriam esclarecer-se através de estudos pacientes para que se pudesse encontrar a solução de um problema, assim como fazia. Teófilo dizia que ele é quem estava correto em todos os temas que expunha em seu texto. Para outro historiador conseguir provar que ele estava errado, o que segundo o próprio Teófilo era pouco provável, aí sim tal pessoa teria condições de solucionar aquelas questões.

Afirmações e correções, em meu obscuro pensar, envolvem, alguma responsabilidade moral, e por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar, pensando o que se diz e se assevera, para não se corrigir o que está certo e evitar uma falsa posição (CARVALHO, 1933: 13).

Outra crítica de Teófilo Feu de Carvalho à obra de Diogo de Vasconcellos, e que pode ser notada também em outros autores, tal como já foi comentado na leitura de Francisco Iglesias, é a questão da periodização das *Histórias de Minas Gerais*. Segundo Feu de Carvalho, a história de Minas deveria ser dividida com base nos períodos Antigo, Médio e Moderno. No entanto, e isso é muito confuso em seu texto, o autor critica Vasconcellos justamente por dividir a História de Minas em Antiga e Média, sendo que a Moderna nem chegou a ser escrita. Sua justificativa era que não é possível perceber, nem entender, o critério adotado por Diogo, pois as crônicas que este insere na *História Média*, por exemplo, são dos mesmos acontecimentos encontrados na *História Antiga*, e que, por isso não se consegue achar uma linha para se compreender o término de uma *Idade* e o início de outra (CARVALHO, 1933: 28).

Já para Oiliam José, o valor da obra de Vasconcellos é tão grande, que é inadmissível censurá-lo por ter adotado as separações Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, tendo, de acordo com ele, como referência o tempo em que Vasconcellos viveu. Ainda assim a periodização adotada por Diogo está longe de expressar os traços marcantes de cada uma das aludidas fases. No entanto, isso parece ser uma “impropriedade acidental” dessa natureza, que reduz as qualidades de quem tanto contribuiu para intensificação dos estudos históricos entre os mineiros (JOSÉ, 1959: 96).

A historiografia mineira ainda é um campo que necessita de muita atenção. Ainda há poucos estudos sobre os intelectuais e historiadores mineiros do início do século XX. Homens que dedicavam suas vidas para dar sentido ao passado da região e transformar o presente em que atuavam. No início do regime republicano, identificamos em Minas a tentativa de consolidação de cânones para a escrita do passado. Diogo de Vasconcellos empenha-se em compilar em uma grande obra as memórias históricas que ele julgava serem as mais importantes para a construção do passado mineiro.

O autor faz uma advertência no início da *História Antiga das Minas Gerais*, na qual ele afirmava que concebia o projeto de reunir as memórias que *ele* possuía dos fatos sucedidos nessa época remota, que eram até então pouco estudadas e muito mal

dirigidas pelos escritores de sua época, sendo esses considerados depositários da tradição. Pouco se sabe como Diogo realizava suas pesquisas. Como ele bem afirmava nessa advertência, são memórias que ele possuía, mas são documentos dos quais nunca saberemos a origem, se pessoal, de caráter memorialista, ou se fruto de um conhecimento adquirido pelos anos de trato com os arquivos mineiros.

Francisco Iglesias na introdução que faz à 4ª edição da obra, publicada em 1974, afirma que a obra de Vasconcellos apresenta certo traço de descontinuidade, mesmo que no conjunto ela seja bem coerente e possua uma lógica interna. Vasconcellos justificava-se dizendo que essa característica fragmentada que sua obra apresenta aflorou em função das várias pausas realizadas por ele, quando precisou cuidar das necessidades da vida, podendo ele apenas dedicar-se à redação da *História Antiga* nas horas vagas e durante suas férias.

Quatorze anos depois da publicação da *História Antiga*, Diogo publica a *História Média de Minas Gerais*. A obra foi elaborada devido, segundo o autor, ao grande acolhimento que a primeira obteve, o que o impulsionou a continuar a História de Minas Gerais até os fins do período colonial. Isso é interessante. Como já observado, ao se referirem à Vasconcellos e as Histórias de Minas Gerais, os seus comentaristas dizem que o historiador mineiro tinha a intenção de fazer uma espécie de história geral de Minas Gerais, que compreenderia desde seus primeiros descobrimentos até o momento da redação do livro. Essa afirmação poderia ser verdadeira, mas não encontramos nenhuma indicação que desse total certeza de que essa era a intencionalidade do autor. Fica clara apenas a sua vontade de escrever toda a história colonial mineira, o que excluiria muita coisa.

No segundo volume da *História Antiga de Minas Gerais*, da edição de 1974, há a publicação de uma carta escrita por Diogo de Vasconcellos endereçada a Avelino Fernandes, na qual o autor diz que a sua proposta inicial era escrever apenas um texto a respeito dos Emboabas, a fim de ser publicado em uma revista portuguesa, pois, segundo ele, esse era um tema pouco estudado em Portugal, e só conhecido no Brasil. Quando se propôs a escrever a *História Antiga das Minas Gerais* o fez, gastando boa parte de seu tempo, sem almejar a obtenção de nenhum título, só o fazia para melhor servir os interesses dos estudantes (VASCONCELOS, 1974: 265), incluindo seu filho Roberto, que organizou o livro *História do Bispado de Marianna*, em 1935.

Seguindo a carta, Vasconcellos relata que ao refletir sobre a possibilidade de escrever sobre o episódio dos Emboabas não convinha destacá-lo do conjunto da história, pois, de certo modo, ele ficaria imperfeito sem as dependências que a história exige para o sentido e a justificação dos fatos. Dessa forma, decidiu publicar todo o seu escrito. No entanto, os livreiros do Rio de Janeiro consideraram a sua obra como sendo de um “particularíssimo interesse”, que tendia toda a história de Minas, mas só o editariam se conseguisse do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado a sua adoção para o ensino.

Uma vez requerido, o bem fundamentado Conselho Superior declarou que seu livro não tinha condições didáticas condizentes ao ensino primário. No entanto, aprovou o parecer feito pelo relator, Dr. Nelson de Sena, que recomendava ao governo do estado, como leitura útil, o merecimento de ser publicado. Parecer este, que foi subscrito por Delfim Moreira, Ministro do Interior na época. O deputado Francisco Valadares apresentou à Câmara dos Deputados de Minas Gerais um projeto autorizando o governo a mandar imprimir o livro, sem nenhuma despesa ao autor, mas deveria ceder mil exemplares ao estado (VASCONCELOS, 1974: 266). Concordou, pois para ele era uma vantagem, poderia difundir o texto entre o povo de Minas, seu desejo.

O projeto foi facilmente aprovado no Congresso^{viii}, com apenas um voto contrário. A sanção foi enviada ao presidente do estado, Francisco Antônio Sales, que imediatamente o converteu em lei. Segundo o que Diogo relata na carta, o Ministro das Finanças do estado, Antônio Carlos, de muita boa vontade liberou a verba para a impressão do livro. Com a benevolência de Álvaro da Silveira e Augusto Serpa, diretor e gerente da Imprensa Oficial, respectivamente, e amigos e companheiros tipógrafos e operários conhecidos de Ouro Preto, o livro ficou pronto em poucos dias (VASCONCELOS, 1974: 266).

Desde pessoas de altos cargos como o presidente do estado, os congressistas, os ministros e diretores, até o mais humilde colaborador da oficina ele encontrou a “mais generosa e franca hospitalidade”. É por isso que o escritor dirige essa carta a Avelino Fernandes como confissão de seu reconhecimento e gratidão que perdurará até quando o livro durar. Diogo diz na carta que ao escrever a *História* não teve a intenção de apenas instruir alunos, mas também de educá-los civicamente, pois estava convencido de que a história possui uma influência moral exercida no próprio sentimentalismo dos moços,

oferecendo, desse modo, um “inventário exato e verdadeiro do passado” (VASCONCELOS, 1974: 266).

A mocidade, para ele, precisa saber que “a nossos pais” custou a formação de uma pátria, e compreender que serão eles também operários transitórios desta obra, que a cumpram, portanto, e nunca retrocedam. Devem empregar todo o esforço para melhorá-la, pois muitas histórias sucumbem ao descuido dos moços. A história é, na visão de Vasconcellos, um quadro que permite com que a mocidade evite erros, condene os vícios, fortifique virtudes, e converta a força de suas próprias paixões em “generoso instrumento do progresso”. O esforço feito em favor do cultivo das letras, pelo estado é significativo e animador (VASCONCELOS, 1974: 266-267).

Embora freqüentemente conhecido pelas duas obras supracitadas, a produção historiográfica de Diogo de Vasconcellos, mesmo não sendo vasta, não se limita a *História Antiga e História Média*. Entre as outras obras do autor podemos encontrar: *O diário de Vera Cruz* (1908); o prefácio ao livro *O município de Cataguazes: Esboço histórico* (1908), de Arthur Vieira de Resende e Silva; o artigo publicado na Revista do APM *Questões de Limite* (1911); *Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidade* (1914); *Resumo da História da Archidiocese de Marianna* (1919); *A Arte em Ouro Preto* (1934) e a *História do Bispado de Mariana* (1935), sendo as duas últimas de publicação póstuma.

A memória local era, para Diogo, fundamental para a constituição da identidade dos indivíduos, fonte inesgotável de moral, necessária na infância, desde que fosse verdadeira e sincera (VASCONCELLOS, 1908: 646). Em 1908, Arthur Vieira de Resende e Silva publicou no volume 13 da revista do Arquivo Público Mineiro o livro *O Município de Cataguazes*. Resende e Silva, natural de Cataguazes, era membro do IHGMG. Político republicano convicto atuou como vereador em sua cidade natal. Também trabalhou para o governo do estado nos primeiros anos do novo regime, tratando, principalmente, de assuntos do café. Amigo de Vasconcellos, Resende e Silva o chama para prefaciá-lo seu livro.

O texto é bem curto, apenas quatro páginas, mas Vasconcellos trata fundamentalmente sobre o que concebia a respeito do papel da história, a local, sobretudo. Para ele, esse tipo de história não era, de acordo com suas palavras,

mesquinha, no sentido de desconsiderar a importância de outras localidades. Todo o movimento de estudo da fundação de uma povoação, seu progresso, suas lutas e declínio possui uma utilidade para educar as novas gerações, muito mais frutífera do que estudar as grandes tragédias da humanidade (VASCONCELLOS, 1908: 646-647).

Antunes e Silveira propõem que as preocupações românticas de resgate das origens explicativas do passado mineiro, em grande medida, fizeram parte das temáticas preferidas de Diogo de Vasconcellos, mesmo que em seu tempo as perspectivas positivistas e científicas já tivessem presença marcante (ANTUNES; SILVEIRA, 2007: 2). Isso dá indícios da possibilidade de o autor se inserir em uma tradição discursiva que não necessariamente era a dominante em seu tempo. Pelo contrário, ele estava reafirmando uma forma de escrita da história reivindicada pelo IHGB durante o século XIX. O Positivismo e a ciência eram vistos por ele como elementos negativos da sociedade. As ideias de Comte, embora fossem inovadoras, se mostravam muito dogmáticas. Vasconcellos concebia a filosofia do francês como um sistema ateísta, que desenvolvia ilusões e quimeras de uma nova ideologia humanitária (VASCONCELLOS, 1909: 214). Essa aversão às ideias positivistas era fruto de seu ultramontanismo, que o acompanhou por muito tempo.

A história para Diogo de Vasconcellos possuía além de um caráter modernizador e pedagógico, também uma carga discursiva pragmática muito forte. A história era um instrumento capaz, na recuperação das marcas do passado, de dar um sentido para o futuro, e a tradição era o caminho para o progresso. O localismo pretendido pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em concomitância com uma nova historiografia que nascia no início do século XX, era o elemento fundamental para a constituição de uma identidade política e moral para o povo mineiro. A escrita da história era um veículo que poderia conduzir o povo para uma pretendida civilização. Com isso, a cultura mineira, única desde os tempos de seus primeiros povoadores, já escrevia nas páginas do passado o valor de sua gente, rechaçando os fatalismos de raças e influências climáticas

Se o homem, porquanto é o mesmo em toda parte, se o instinto da perfectibilidade é geral, e provido pela comum natureza, mister será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça somente, concorreram para ao adiantamento da ramificação que se glorifica em particular dos títulos da civilização europeia, tanto mais quanto é certo, que essa civilização não é mais que o desenvolvimento do helenismo regenerado

pelo broto semítico do cristianismo; e bem sabemos, também que os Gregos, mandaram às Metrôpoles heterogêneas mestres em busca da ciência e das artes, que nelas já eram nascidas (VASCONCELLOS, 1909: 216).

As intenções de Vasconcellos não eram isoladas, tampouco constituíam um pensamento homogêneo. O contexto no qual estava inserido o permitia que desenvolvesse seu pensamento de forma autônoma, correspondendo a uma série de elementos pertinentes para a confecção de projetos para inserir Minas na civilização. Sua tradição, perpassada por inúmeras ambigüidades, ainda estava presa ao conservadorismo oitocentista imperial, mas acompanhava a projeção do povo mineiro no futuro.

Referências

ALBERTO, H. M. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, A. L.; OLIVEIRA, R. P. *Termo de Mariana*. História e Documentação. Vol. 2. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

ALCÍDES, S. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALMEIDA GARRETT, J. B. S. L. Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa. In: _____. *Parnaso Lusitano*. 1ª Ed. Paris: Em Casa De J. P. Aillaud, 1826.

ANTUNES, A. A.; SILVEIRA, M. A. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano II n.01, março de 2007.

BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CALLARI, C. R. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

CARVALHO, T. F. Questões históricas e velhos enganos. *RAPM*. Ano 24, nº1, pp. 3-42, 1933.

FILGUEIRAS, F. O cabedal das virtudes. André José Antonil, a Continuidade e a Mudança no Pensamento Jesuíta do Brasil Setecentista. *Revista Intellectus*. Ano 4, vol. 1, 2005.

FURTADO, J. F. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da historiografia*, número 02, pp. 116-162, março/2009.

IGLESIAS, F.. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol.1, 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

JOSÉ, O. *Historiografia Mineira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

MACHADO, R. Nas páginas descritivas do passado: A escrita da história como discurso para a civilização. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. n. 4, vol, jul/dez 2010.

MARTINS, M. L. *Os estudos regionais na historiografia brasileira*. Disponível em: <www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf>. Acesso em: 29/10/2010.

MEDEIROS, B. F.; ARAUJO, V. L. A história de Minas como história do Brasil. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

MEDEIROS, B. F. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro. *Anais do I Encontro Memorial do ICHS*, 2006a.

_____. José Pedro Xavier da Veiga e o Projeto de uma Identidade Histórica no Arquivo Público Mineiro. Atas do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano. *Intellèctus*. Ano 5, vol. II, 2006b.

MOREIRA, V. Reedição de Diogo de Vasconcelos. (Texto de orelha Ca capa do livro). In: VASCONCELOS, D. *História Antiga das Minas Gerais*. V.2. 4ªEd. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

OLIVEIRA, L. L. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAPM, janeiro a março de 1901, fascículo VI, 757-760.

RAPM, julho a setembro de 1896, fascículo I.

RIBEIRO, J. *Crítica*. Vol. VI – Historiadores. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961.

RODRIGUES, J. H. *História da Historiografia do Brasil*. 1ª Parte. Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROMERO, A. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, pp. 106-117, 2009.

SILVA, M. R. O artífice da memória. *Revista do APM*. Ano 43, nº 1. jan/jun 2007.

TÔRRES, J. C. O. *História de Minas Gerais*. v. 1. 3. ed. Belo Horizonte : Lemi; Brasília : INL, 1980.

VASCONCELLOS, D. Prefácio. In: RESENDE E SILVA, A. V. O município de Cataguazes: Esboço Histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XIII - 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.645-648, 1908.

_____. Discurso de Inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p.211-220, 1909.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. Vols. 1 e 2. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

Notas

ⁱ Agradeço a minuciosa leitura de Paulo Henrique Araújo, que possibilitou além de uma melhor compreensão de regras da língua, também uma visão ampliada do objeto estudado.

ⁱⁱ Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: histo.rodrigomachado@yahoo.com.br.

ⁱⁱⁱ O que se pode perceber na obra de Oiliam José é que ele era um autor radicalmente reacionário. Tece críticas e comentários acerca da história nacional anti-modernos. Quando vai tratar da obra de José Pedro Xavier da Veiga, por exemplo, quando este fala sobre as instituições eclesiásticas e ações inquisitoriais no século XVIII, Oiliam defende a Inquisição alegando que, como sendo uma instituição destinada à defesa da Fé, dos costumes e da moral. Há um momento em que ele diz que a libertação dos escravos, em 1888, foi uma ação precipitada pela generosidade cristã da princesa Isabel. Embora traga importantes contribuições para o estudo da escrita da história em Minas Gerais, de modo geral, o autor trás consigo uma postura violenta com relação a sua própria interpretação da história.

^{iv} A **Biblioteca da Ajuda**, localizada no Palácio da Ajuda, em Portugal, desde 1880, foi criada no século XV e enriquecida por Dom João V, perdendo a maior parte de seu espólio no terremoto de 1755. Após a tragédia, a biblioteca foi reinstalada em casas anexas ao Paço da Madeira, na Ajuda. Em 1811, com as invasões francesas e com a Vinda da Família Real para o Brasil, a biblioteca foi transferida para o Rio de Janeiro, formando a Biblioteca Nacional brasileira.

^v *Gongorismo* ou *Cultismo* é um estilo de escrita barroca atrelada ao poeta espanhol Luís de Gôngora. Sua característica está ligada à simples descrições de objetos aplicando uma linguagem rebuscada, culta e extravagante. Abusa do emprego de figuras de linguagens

^{vi} Diogo de Vasconcellos, bisneto, publicou em 1901, no volume 7 da Revista do Arquivo Público Mineiro uma pequena biografia de Diogo de Vasconcelos, bisavô. O texto tem quatro páginas e traz informações genealógicas básicas a respeito do português. No segundo volume da História Antiga das Minas Gerais, o bisneto dedica mais uma parte de seus estudos à memória de seu bisavô, onde tece as defesas acerca de sua postura na omissão do nome de Cláudio Manuel entre os nomes mais ilustres de Minas no final dos setecentos. A figura do bisavô como um estudioso do passado mineiro é de forte inspiração ao bisneto que o tem como umas das principais, e talvez uma das mais claras, referências em sua obra.

^{vii} De acordo com João Camilo de Oliveira Tôrres, um dos perigos e obstáculos ao progresso da historiografia mineira foi a tradição de fundo clássico, a História como parte da “eloquência” ou a História como “arte”. Oliveira Tôrres segue a ideia de que as tradições são ilustres, que quem lê os autores gregos e latinos sentem a presença de um elevado sentido artístico. Os antigos historiadores mineiros, por sua vez, usavam constantemente o artifício de imitação desses clássicos. Possuíam uma

preocupação literária, não tinham formação científica e de preparo especializado. A retórica na historiografia brasileira, e, sobretudo a mineira, tem um forte caráter negativo (Cf: Tôrres, 1980:43-44). Isso leva a percepção de que o trato com as fontes nem sempre ocorria de forma rígida, muitas vezes suplantada por argumentos e estéticas retóricas da escrita presente nesses intelectuais.

^{viii} O Congresso Mineiro até 1930 era bi-cameral, ou seja, possuía a Câmara dos Deputados e o Senado.